

Por que há algo, e não nada?

Rodrigo Reis Lastra Cid

PPGLM / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Intento neste texto responder a pergunta sobre por que há algo, e não nada, argumentando a favor de que há entes necessários (e que, portanto, não poderiam não existir) – o espaço, o tempo e as leis naturais básicas – e mostrando que a própria existência do nada é logicamente impossível. Tento também dar uma abordagem para o fato de que entes contingentes surgem a partir de entes necessários, traçando uma distinção entre existência necessária e surgimento necessário, a fim de conseguir responder a questão sobre por que há qualquer coisa contingente que seja e propor uma solução para o Dilema da Contingência.

Palavras-Chave: Metafísica. Existência Necessária. Entes Concretos.

Abstract: My aim here is to answer the question about why is there something rather than nothing by arguing for the existence of some necessary beings (that, as such, couldn't not exist) – the space, the time, and the natural basic laws – and by showing that the existence of nothingness is logically impossible. I also try to account for the fact that contingent beings arise from necessary beings by distinguishing between necessary existence and necessary arising, as to answer the question about why is there anything contingent at all and to propose a solution to the Dilemma of Contingency.

Key-Words: Metaphysics. Necessary Existence. Concrete Beings.

Introdução

O mundo é tudo que há. É algo espantoso teoricamente que exista tudo que existe no mundo. E, de alguma forma, sentimos que precisamos de uma explicação para a existência de todas essas entidades.¹ Leibniz formulou uma questão que expressa bem esse nosso sentimento: “por que há algo, e não nada?”. Esta é uma questão desconcertante e que já tirou o sono de inúmeros metafísicos. Ela é desconcertante porque toma o nada como uma possibilidade em pé de igualdade com existência de algo. E tirou o sono de muitos metafísicos porque é uma questão complexa que envolve ou remover a possibilidade de existência do nada, procurando entes necessários distintos do nada, ou aceitar a possibilidade do nada e dar uma solução probabilística para o caso, se envolvendo em discussões sobre probabilidades objetivas diferentes de 0 e 1.

Para dar uma resposta satisfatória a essa questão, temos de analisar melhor a pergunta de Leibniz, pois ela pode ser entendida de duas formas: por que o nada não é actual? e por que há as entidades que há em vez de não haver (ou em vez de haver outras)?. Não me preocuparei aqui com o que Leibniz de fato quis perguntar (embora eu pense que ele queria perguntar as duas coisas), mas meu foco será tentar responder essas duas perguntas, dado que por mais que tenhamos encontrado respostas para a primeira pergunta, ela pode ser insatisfatória se não permitir uma resposta plausível para a segunda.

Há algumas formas conhecidas de respondermos a primeira pergunta. Como ela questiona sobre por que o nada não é actual, ela pressupõe que o nada é uma possibilidade, tal como a existência de um mundo como o nosso. Assim, uma das formas de resposta é dizer que o nada não é uma possibilidade. E outra é dizer que o nada é uma possibilidade, e apelar para uma teoria das probabilidades para

¹ Neste texto enfocaremos os objetos concretos materiais – como um chinelo ou um átomo – e não materiais – como o espaço, o tempo e as leis naturais –, e não os objetos abstratos.

explicar por que o nada não se tornou actual (i.e., porque era pouco provável, dado ele ser apenas uma possibilidade entre muitas outras que não são o nada). Aqui não abordaremos as probabilidades, mas tentaremos mostrar que o nada não é uma possibilidade. Há duas formas de fazermos isso: indicando que há seres necessários distintos do nada e mostrando que a existência do nada é uma contradição lógica ou analítica. Embora naveguemos por esse segundo caminho, não o tomaremos como fundamental para o nosso argumento, que, ao invés, tentará mostrar que há entes necessários distintos do nada. Há novamente duas formas de se fazer isso: utilizando algum tipo de ser místico (como o Deus teísta, como o ser perfeito, como o ser maior do que aquele nenhum é possível, entre outros), ou utilizando algum tipo de ser natural (como o tempo, o espaço, as leis naturais, entre outros). Não avançaremos aqui uma explicação que se utilize de algum ser místico. Não porque acreditemos que não existe algum ser de tal tipo, mas porque acreditamos que uma explicação com seres naturais pode ser mais proveitosa universalmente, dado que pode ser aceita tanto por teorias que aceitem a existência de seres místicos, quanto por teorias que não utilizem serem místicos em suas explicações.

Assim, para responder a pergunta “por que o nada não se tornou actual?”, indicaremos alguns entes naturais cuja existência julgamos necessária e mostraremos os argumentos em que se fundam a crença na existência necessária de tais entes. Se esses argumentos forem bons, mostrarão que é verdade que há entes necessários; e, se esse for o caso, então como os entes necessários existem em todos os mundos possíveis, não há um mundo possível que é o nada. Portanto, a resposta para a pergunta formulada neste parágrafo seria que o nada não se tornou actual porque não é uma possibilidade, e só o que é possível pode se tornar actual.

Mas que entidades necessárias seriam essas? Minha proposta é que o tempo, o espaço e as leis naturais básicas podem ocupar o papel de entes necessários e que podemos prover uma explicação evidente para sua necessidade. Caso eu não consiga alcançar o meu objetivo completo, e acabe não mostrando que

todos esses entes são necessários, do momento que eu consiga mostrar que *pelo menos um* deles é necessário, o objetivo principal deste artigo – de responder a pergunta “por que há algo, e não nada?” – é alcançado.

Espaço

Começaremos pelo espaço, dado que os argumentos por sua necessidade são mais fáceis de se compreender. Tomemos o espaço, se existir, como uma entidade que contém (ou que é) todas as localizações possíveis. Assim, as localizações possíveis são partes próprias (parte que não é idêntica ao todo) do espaço. E são nessas localizações que todos os objetos concretos materiais se dispõem espacialmente.

A partir disso, meu argumento pela necessidade do espaço é o seguinte: se um mundo tiver dimensões espaciais, então o espaço existe nesse mundo. Se eu tomar qualquer outro objeto concreto, como uma faca, e remover suas dimensões espaciais (ou seja, se eu fizer com que a faca fique com 0cm x 0cm x 0cm), eu simplesmente não tenho mais uma faca. Da mesma forma, se eu removo as dimensões espaciais de um estado de coisas, eu simplesmente não tenho mais um estado de coisas. Assim, se há um estado de coisas, como o mundo, o espaço lhe é essencial.

Um experimento mental para vermos a necessidade do espaço para que exista um mundo, inspirado no experimento mental de Thomas Baldwin (Sorensen, 2003, p. 10), é o seguinte: imaginemos um mundo com uma quantidade finita de objetos. Removamos cada um de seus objetos e os fazemos desaparecer em sequência. Deixemos todos os objetos que ocupam o espaço e o tempo serem removidos. O que sobra? O espaço, o tempo e as leis naturais (além de, talvez, objetos abstratos – dos quais não falarei aqui). Podemos removê-los? Podemos

remover o espaço de um mundo? Ao nos imaginarmos removendo as dimensões espaciais de um mundo, ou seja, tornando-as 0cm x 0cm x 0cm, vemos que o mundo simplesmente desaparece. Se ele estivesse num universo de mundos possíveis, poderíamos imaginar o mundo, ao perder as suas dimensões espaciais, simplesmente fazendo *poof!* e outro mundo ocupando seu lugar. Isso certamente não é um argumento, mas é um experimento mental interessante para pensarmos sobre a essencialidade do espaço.

Porém, certamente, o que apresento a seguir é um argumento. Minha tese é de que há sempre um espaço onde as coisas estão e para além de onde as coisas estão. Meu argumento por ela é que é a única explicação para a pergunta, sobre um certo sistema fechado: o que há depois dele?. Na verdade, outra explicação seria dizer que "há nada". Mas devemos rejeitar essa explicação pelos seguintes motivos (pelo menos nesta parte da discussão, dado que no final do artigo pretendo ter mostrado que não há nada porque há entes necessários). 1. Podemos entender o que seria existir uma imensa quantidade de espaço não preenchido de matéria, mas isso certamente não seria nada. 2. Um mundo sem elementos seria um mundo sem fatos e um mundo sem fatos é contraditório; logo não existem mundos sem elementos (Sorensen, 2003, pp.11-12, onde este último e outros motivos podem ser encontrados).

Dessa forma, se "há nada" não pode ser a explicação da pergunta "o que há para além do sistema fechado p?", temos que é verdade e tem de ser verdade "que há algo" e "que tem de haver algo" – para além do sistema fechado p. Se isso for o caso, acabamos de concluir a necessidade de existência de algo infinito, para dar conta de qualquer sistema fechado de qualquer tamanho que seja. Esse algo infinito pode ser ou uma quantidade infinita de matéria, ou o espaço vazio infinito. Minha resposta a isso é que apenas um espaço vazio infinito pode explicar essa pergunta – em última instância – pois não conseguimos compreender o que seria, num certo tempo t , uma quantidade infinita de matéria. Pensamos em quantidade infinita de matéria apenas como uma quantidade finita de matéria que aumenta a

cada momento. O problema disso é que em t , a pergunta “o que há para além da quantidade finita de matéria em t ?” persiste. Apenas quando pensamos no espaço vazio que percebemos que, por sua imaterialidade, ele pode ser infinito em cada momento sem nos constranger. Mas qualquer que seja nossa opção de resposta, haverá espaço – seja preenchido de matéria ou vazio.

Tempo

Passemos agora, então, ao tempo. Por que o tempo é um existente necessário? O tempo existe necessariamente porque ele existe e não poderia ter surgido, de modo que também não poderia não ter surgido. Ele não poderia ter surgido, pois o surgimento de algo implica a existência de um momento onde este algo não existe e um momento em que ele existe. Mas a existência de um momento onde não havia é tempo é contraditória já que implica a existência do tempo antes do tempo existir. E ele não poderia não ter surgido, porque dado a existência de qualquer mundo, ocorrendo ou não ocorrendo qualquer coisa que seja neles, cabe a pergunta “há quanto tempo este mundo existe?” ou “tal mundo existe há mais de 2 segundos?”. Um mundo pode existir por 2 segundos, por 6 segundos... Mas pode existir por 0 segundo? A minha resposta é que não, pois algo que existe por 0 segundo simplesmente não existe. Assim, qualquer mundo que existe tem de existir há mais de 0 segundo. Mas a existência de um intervalo de tempo implica a existência de tempo. Se algo existe por mais de 0 segundo, existe num intervalo de tempo. Se algo existe num intervalo de tempo, há o intervalo de tempo. E, portanto, há tempo. E para todo mundo existente é essencial que haja tempo.²

Há quem diga que tempo é algo que apenas existe relativo à mudança (ver

2 Quem defende que não havia tempo antes do surgimento das coisas materiais tem o empecilho de ter de explicar como é possível que algo surja sem que esse surgimento seja temporal, ou seja, sem que *antes* do surgimento haja um momento no qual não havia a coisa que surgiu. Não vemos como tal projeto poderia ser alcançado.

McTaggart, 1908) ou ao movimento e que, assim, poderia haver um mundo em que não existe tempo, se pudesse haver um mundo em que não há mudança ou movimento. Isso seria um perigo, se fosse verdade, para a tese de que o tempo é uma entidade necessária, já que não há impedimentos conceituais na existência de um mundo sem movimento. Assim, pretendo mostrar que temos de tomar o tempo antes como uma entidade absoluta que existiria mesmo que não houvesse movimento, do que como uma entidade relativa ao movimento.

O primeiro argumento pertence a Shoemaker (1969). Imaginemos um mundo dividido em 3 partes: P, Q e R. P sofre congelamentos de toda ocorrência de 2 em 2 anos, Q sofre congelamentos de 3 em 3 anos, e R sofre congelamentos de 4 em 4 anos. Cada um deles fica durante 1 ano congelado. Digamos que os moradores de P, Q e R podem ver que os moradores de outras regiões encontram-se congelados quando eles estão congelados, mas não podem interagir com eles quando estão congelados. Em algum momento haverá um congelamento geral e os moradores de P, Q e R, se já tiverem vistos muitos congelamentos nas outras áreas e conversado entre eles sobre isso, percebendo as regularidades nos congelamentos, terão razões para acreditar que todos ficaram por 1 ano congelados. Isso mostra que pode haver tempo (um intervalo de 1 ano) sem que haja mudança ou movimento³, ou pelo menos que as pessoas de tal mundo teriam boas razões para acreditar que 1 ano se passou sem que houvesse movimento. E, assim, nós mesmos não temos boas razões para acreditar que se houvesse um mundo sem movimento, este seria um mundo sem tempo.

³ O exemplo de Shoemaker mostra que pode haver tempo sem movimento, mas não propriamente que pode haver tempo sem mudança. Isto é assim porque há dois modos de pensarmos a mudança: como a diferença de valores de verdade que uma mesma proposição (não explicitamente temporal) tem em 2 instantes diferentes – mudança de Russell (Garrett, 2006) – ou como a mudança de posição de um evento na série temporal A (mudança nas posições temporais passado, presente e futuro) – mudança de McTaggart (1908; Garrett, 2006). Se o descongelamento geral só puder ser explicado pela eficácia causal do tempo, então a mudança de posição de um evento na série A seria causalmente eficaz no descongelamento. E, se for assim, o exemplo de Shoemaker não seria um exemplo onde há tempo sem mudança – pois há mudança de McTaggart – mas seria um exemplo onde há tempo sem movimento (e sem mudança de Russell). Não precisamos que haja tempo sem mudança pelo nosso argumento a favor de um tempo absoluto, mas precisamos apenas que haja tempo sem movimento, o que é garantido pelo exemplo de Shoemaker.

A objeção mais comum a este argumento, exposta no próprio texto de Shoemaker, é que não sabemos como as coisas poderiam voltar a funcionar depois de um congelamento geral, dado que não conseguiríamos explicar a causalidade envolvida num tal processo de "descongelamento". Minha saída para isso é dizer que não precisamos do descongelamento; do momento que o mundo ficou congelado, mesmo que nunca mais volte a se descongelar, haverá passado, por exemplo, pelo menos mais de 0 segundo que tudo ficou congelado. Pois se não houvesse passado mais de 0 segundo, então teria passado 0 segundo que tudo ficou congelado. Mas tudo ficar congelado por 0 segundo é o mesmo que tudo não ficar congelado. Se houver passado um intervalo de tempo que for e não tiver ocorrido mudança ou movimento, ou pelo menos se isso for conceitualmente possível – o que o exemplo de Shoemaker nos traz motivos para acreditarmos que é – teremos razões para pensar que é conceitualmente possível que exista tempo sem movimento. Se for, então o tempo não depende do movimento; e, assim, o tempo não pode ser relativo ao movimento, mas deve ser antes algo de absoluto e que existe independentemente do movimento.

O argumento acima pode ser mais bem expresso por uma construção argumentativa desenvolvida no fórum do GEOFF⁴, que apresento a seguir. Se algo permanece num estado, então permanece nesse estado por mais de 0 segundo. Se algo permanece por 0 segundo em um estado, então não permanece (e nem se encontra) nesse estado. Permanecer parado é um estado em que um objeto ou um estado de coisas pode permanecer. Logo, se o estado de coisas total da realidade permanece parado, ele permanece por mais de 0 segundo. Se algo (objeto ou estado de coisas) permanece num estado por mais de 0 segundo, então se encontra no tempo. Logo, se o estado de coisas total da realidade permanece parado por mais de 0 segundo, então tal estado de coisas encontra-se no tempo.

Mas há um problema aqui: quando assumo que pode haver tempo sem

4 GEOFF é o Grupo de Estudos Online de Filosofia da Física, cujo nome explicita o conteúdo e no qual pude ter ótimas discussões sobre a natureza do tempo. Ele se encontra hospedado neste sítio: <http://www.filosofiadafisica.com/>

movimento, parece *prima facie* que eu aceito uma teoria A do tempo, ou seja, uma teoria que afirma que as posições temporais fundamentais são “ser passado”, “ser presente” e “ser futuro”, e que toma a passagem do tempo como: um evento futuro tornando-se presente, um evento presente tornado-se passado e um evento passado tornando-se cada vez mais passado. Isso vai contra a teoria B do tempo, que toma o tempo (e, talvez, o espaço-tempo) como um bloco, onde os eventos se posicionam temporalmente de acordo com as relações de anterioridade, posterioridade e simultaneidade. O ponto aqui é que se eu aceito que há passagem do tempo quando nenhum movimento ocorre, então eu aceito que um evento “congelado” torna-se cada vez mais passado. E isso implicaria a aceitação da teoria A do tempo.

O grande problema de aceitar uma teoria A do tempo é combater os argumentos de McTaggart (1908) pela tese de que os termos da série A (passado, presente e futuro), quando aplicados à realidade geram uma contradição. Se o argumento de McTaggart estiver correto, então, segundo ele, não haveria tempo, já que a série A, que é fundamental para o tempo, é contraditória. O argumento de McTaggart é o seguinte: (1) O tempo necessariamente envolve mudança. (2) A mudança só é possível na série A. Logo, (3) O tempo necessariamente envolve a série A. (4) Todo evento é passado, presente e futuro. (5) Nenhum evento pode ser passado, presente e futuro. Logo, (6) A série A é contraditória.

O argumento é claramente válido dedutivamente. O que parece entrar em debate é a verdade das premissas. McTaggart toma (1) como um truísmo. Truísmo esse que posso aceitar, já que aceito que haja passagem do tempo (mudança de McTaggart: a mudança da posição temporal de um evento na série A) sem que haja movimento. Pela verdade da premissa (2), McTaggart argumenta dizendo que os eventos localizados na série B e as relações entre as posições temporais desses eventos nunca muda; donde ele conclui que a série B não permite mudança. E diz também que o único aspecto de um evento que pode mudar é se ele é passado, presente ou futuro; o que o permitiria concluir que a mudança só é possível na

série A. A premissa (5) é claramente verdadeira, pois está claro que nenhum evento pode ser passado, presente e futuro, pois tais posições temporais são incompatíveis simultaneamente. As objeções geralmente direcionam-se contra a premissa (4). Uma delas é dizer que não é o caso que um evento *é* futuro e *é* passado, mas que ele *é* futuro e *será* passado. McTaggart tem uma saída na manga para tal objeção. Ele diz que ao sairmos das posições de nível 1 da série A (*é* passado/*é* presente/*é* futuro) e flexionarmos o verbo temporalmente para evitar a contradição, passando às posições de nível 2 da série A (*foi*/*é*/*será* passado/presente/ futuro), encontraremos combinações incompatíveis de posições temporais (como: *foi* passado/*foi* futuro, *é* passado/*é* presente etc). A única maneira de eliminar essa incompatibilidade é passando a um nível 3 da série A, onde encontraremos novas incompatibilidades apenas elimináveis pela passagem a um nível 4, *ad infinitum*. Isso, segundo McTaggart, mostra que a série A nunca escapa da contradição.

Minha objeção a esse argumento é que as contradições encontradas em certas combinações temporais só mostram que aquelas combinações não são possíveis; e não que a série A, como um todo, é contraditória. Se, por exemplo, nenhum evento *é* presente e *é* futuro simultaneamente, isso só mostra que a posição *é presente/é futuro* não existe na série A. Assim, podemos dizer que a premissa (4) é falsa, pois nenhum evento *é* passado, *é* presente e *é* futuro, dado que tal posição – *é* passado/*é* presente/*é* futuro – simplesmente não existe na série A.

Por sua vez, a objeção de Dummett, exposta por Garrett (2006) é que a premissa (4) pressupõe que seja possível uma descrição completa da realidade, onde um evento possa ser avaliado em sua posição na série A em todos os momentos do tempo. Por exemplo, em 2009, 2008 *é* passado, e em 2007, 2008 *é* futuro; donde, numa descrição completa da realidade, 2008 *é* passado e *é* futuro. Assim, defende Dummett, se o teórico da série A não aceitar tal pressuposição, ele se salva da contradição. Se Dummett estiver certo, tudo que tenho a fazer é não aceitar que *é* possível tal tipo de descrição completa da realidade – do tipo sugerido por Dummett – aceitando algum tipo de presentismo (só o presente

existe). Como não há tempo ou espaço suficiente para defender uma teoria presentista neste artigo, proponho deixar a verdade da tese de que o tempo é necessário dependente da verdade de alguma teoria presentista do tempo.

Outra saída ainda seria negar que o fluxo do tempo seja uma propriedade apenas das teorias A e presentistas do tempo. Talvez o tempo seja um bloco, como propõe a teoria B, mas a realidade e suas ocorrências podem estar em um ponto (ou intervalo) do bloco. O que precisamos de fato não é uma teoria presentista ou uma teoria A, mas antes uma teoria que consiga dar conta da natureza do fluxo do tempo. Com os argumentos que apresentamos, pretendemos que tenhamos mostrado que de fato tem de haver um fluxo do tempo para que o tempo passe enquanto nenhum movimento ocorre, dado que mostramos que não é possível que 0 segundo tenha passado e tudo tenha permanecido parado – de modo que se não houve movimento, não houve movimento por um certo intervalo de tempo.

Leis Naturais

Acredito que podemos passar agora à necessidade das leis naturais básicas. Primeiro vou explicar uma concepção de “leis”. Falamos de leis quando queremos explicar como ocorre a relação entre as propriedades – e, conseqüentemente, suas instância. Uma lei nos diz como duas propriedades se relacionam e o que resulta dessa relação. Mas para as leis terem esse papel explicativo, elas precisam existir antes de existir uma instância da relação que ela estabelece⁵. Mas se existem antes,

5 Muitos teóricos abrem mão do papel explicativo das leis e as tomam como regularidades (Lewis). Alguns tentam mantê-lo, com dificuldade, ao tomar as leis como propriedades de segunda ordem (Armstrong). No entanto, se as leis advêm das propriedades, elas não podem explicar as propriedades, mas apenas serem explicadas por elas. Se há leis, e elas explicam suas instâncias, devemos tomá-las como um substrato metafísico independente – o que normalmente é tomado como um ponto fraco da teoria, dado que é extremamente complexo explicar a natureza de uma lei de tal tipo. Não haverá mal em aceitarmos que os universais estão presentes nas leis, e evitarmos falar sobre a localização de leis e universais e sobre a relação de instanciação. Como a maioria das teorias dos universais, poderíamos tomar a relação de instanciação como primitiva.

então não dependem de suas instâncias. E, se esse é o caso, não pode ser que qualquer instância crie uma lei da natureza. Assim, se leis surgem ou são criadas, isso não ocorre por nenhuma relação entre suas instâncias.

Mas suponhamos que uma lei possa surgir ou ser criada. Se esse for o caso, então tal surgimento precisará de uma explicação envolvendo as propriedades das entidades que criaram a lei e as leis que permitiram passar dessas propriedades em relação para a criação ou surgimento de uma lei. Assim, para o surgimento de qualquer lei, é necessário que haja ao menos uma lei que regule tal surgimento. Dessa forma, as leis mais básicas, que fundamentam o modo de funcionamento e surgimento das outras leis, não podem surgir ou ser criadas, pois teria de haver uma lei que regule tal surgimento e tal lei seria justamente a lei da qual estamos supondo que está surgindo – de modo que isso implica que uma lei básica deve existir antes de si mesma a fim de regulamentar seu próprio surgimento. O que é impossível. Dessa forma, tal como argumentei a favor da necessidade do tempo, falo sobre as leis: se existem leis, as básicas não poderiam ter surgido e, conseqüentemente, não poderiam não ter surgido. Se elas não podem surgir e nem não surgir, elas têm de ser eternas. Se as leis não-básicas forem deriváveis das básicas, teríamos agora então também estabelecido sua necessidade.

Penso que esse é o argumento mais fraco deste texto, embora eu ainda ache que é um bom argumento. E ele é fraco justamente porque não estabelece a necessidade de existência das leis que actualmente temos, mas apenas estabelece a eternidade dessas leis (pelo menos das básicas). Assim, ainda resta a possibilidade de que em outros mundos possíveis outras leis sejam eternas neles. Não tenho argumentos aqui para desbancar essa possibilidade. Porém, o argumento só se torna fraco ao aceitarmos que há possibilidades não acessíveis a partir do mundo actual – coisa que não sei se devemos fazer e sobre a qual jaz a plausibilidade do meu argumento pela necessidade das leis básicas, já que se não houver possibilidades não acessíveis a partir do mundo actual, todas as possibilidades

ocorreriam a partir de um mundo que tem certas leis básicas que são eternas.

De todo modo, os outros argumentos pela necessidade do espaço e do tempo ainda persistem; e, se eles já tiverem estabelecido a necessidade de alguns entes anteriores, isso já será o suficiente para darmos uma resposta à questão “por que há algo, e não nada?”, dado que se há algo distinto do nada que tem de existir, o nada não poderá existir. Argumentei aqui a favor de que o tempo, o espaço e as leis básicas ocupam papéis necessários na existência de qualquer mundo. Assim, se há algo, e não nada, é porque espaço, tempo e/ou leis naturais têm de existir. Argumentei também que o nada é uma impossibilidade; e isso parece tornar vã ou fútil toda a minha jornada para provar que há entidades necessárias e que elas respondem a pergunta de Leibniz. Eu penso que isso não é o caso. E penso assim porque se mostramos que o nada não é uma possibilidade, ainda persistirá a pergunta sobre por que há os entes que há, e não outros. Só uma solução que indique entes necessários pode responder satisfatoriamente porque o nada não se tornou actual e porque há os entes que há, e não outros.

Dilema da Contingência

E o que nos intriga em investigar por que há os entes que há, e não outros, não é apenas o fato de haver entes necessários, e não nada, mas também o fato de haver certos seres contingentes, e não outros. Dessa forma, passamos à segunda possível interpretação da questão leibniziana. Como é possível haver as entidades que há, e não outras? Já estabelecemos as razões pelas quais há as entidades necessárias que há. Mas como a partir de entidades necessárias surgiriam entidades contingentes? Como é possível haver as entidades contingentes que há em vez de outras? Espantamo-nos com o fato de que há coisas contingentes. Como elas poderiam ter surgido, se só temos, por enquanto, entes necessários? Algo que

expressa bem esse espanto é o Dilema da Contingência, formulado por William Rowe e expresso por Roy Sorensen (2003, p. 7, tradução livre):

Considere todas as verdades contingentes. A conjunção de todas essas verdades é ela mesma uma verdade contingente. Por um lado, essa conjunção não pode ser explicada por nenhuma verdade contingente, pois a conjunção já contém todas as verdades contingentes; a explicação seria circular. Por outro lado, essa conjunção não pode ser explicada por uma verdade necessária, pois uma verdade necessária pode apenas implicar outras verdades necessárias. O Dilema sugere que “por que há seres contingentes?” é impossível de responder.

Eu discordo de Rowe de que essa é uma questão impossível de responder. Há duas respostas possíveis. Ou não há seres contingentes, e todos os seres que nos parecem contingentes são de fato necessários, por surgirem necessariamente de outros seres necessários. Ou há seres contingentes e temos que explicar como eles podem ser contingentes mesmo surgindo a partir de entes necessários. Como a primeira resposta finaliza a discussão, tentaremos dar a explicação do surgimento contingente a partir de seres necessários – exigida pela segunda resposta.

Pelo menos duas saídas são possíveis para responder como poderiam surgir entes contingentes a partir de entes necessários. (I) Ou as leis que regulamentam o surgimento dos seres contingentes são probabilísticas; (II) ou distinguimos a *existência contingente* do *surgimento contingente*, e falamos que há seres que existem contingentemente, mas que não surgiram contingentemente. Não investigarei (I), dada a extensão que tal trabalho tomaria. Deixemos tal tarefa para outro filósofo e tomemos o caminho (II): poderemos falar que o surgimento de todo ser é necessário, se for causado por algo, mas que alguns seres não têm impedimentos com relação à sua inexistência (os chamaremos de “seres contingentes”), enquanto outros, os que chamamos de “seres (ou entes)

necessários”, têm impedimentos com relação à sua inexistência. Certamente, se aceitamos que há uma relação íntima entre causalidade e determinismo, pensamos que todo surgimento é necessário, embora ainda possamos falar que há seres contingentes. É nesse sentido, de existência contingente, que fazemo-nos a pergunta “por que há seres contingentes?”, e respondemos: porque eles surgiram a partir dos entes necessários e porque eles são tais que não gerariam absurdos ou contradições se não se existissem. Assim, até então, pudemos perceber que não há problemas em seres com existência contingente surgindo necessariamente a partir de seres necessários.

Agora, sugeriremos um modo – e talvez haja vários – pelo qual os entes contingentes surgiriam a partir de entes necessários. De entes necessários, temos o espaço, o tempo e as leis naturais básicas (e outras deriváveis destas). Como são as leis que explicam a relação entre quaisquer propriedades e todos os resultados das relações entre propriedades, deve ser uma lei que regulamenta que a relação entre certas propriedades faz surgir objetos materiais – objetos quais tomamos como contingentes. Mas quais propriedades do espaço, do tempo ou das leis poderiam fazer surgir matéria?⁶ Talvez o passar do tempo faça o espaço produzir objetos materiais. Isso é tomar a passagem do tempo e o espaço vazio como causalmente eficazes. Sim, é. Se o espaço vazio existe, ele tem propriedades; se o tempo existe, ele tem propriedades; se são as leis da natureza que regulamentam toda a relação e manifestação de propriedades, não há impedimentos teóricos para o surgimento de objetos materiais – já que não teremos mais o surgimento *ex nihilo*.⁷

6 Se a matéria, de outro modo, como nos diria a lei da conservação da massa, for eterna, sua eternidade não será problema algum para nós. E talvez isso possa até ser utilizado como um ponto a favor da nossa tese de que há algumas entidades concretas necessárias.

7 Há quem pense que o tempo e o espaço, não sendo materiais, seriam abstratos; e, portanto, deles nunca poderia advir algo concreto. Mas essa objeção não é fatal e poderíamos fornecer uma destas duas respostas: que, como o tempo e o espaço teriam efeito causal nas coisas concretas materiais, ou eles também são concretos, mas imateriais, ou as coisas abstratas podem ter efeito em coisas concretas

Conclusão

Podemos objetar a tal concepção de mundo, e certamente deve haver muitas objeções. Porém, o que quero aqui é apenas indicar uma possibilidade teórica para explicar porque há algo, e não nada, e porque há as entidades contingentes que há, e não outras, que possa ser também uma visão de mundo consistente. Eu vim tentando mostrar que há algo porque há seres que são necessários, a saber, o espaço, o tempo e as leis naturais básicas; e, assim, não poderia haver nada. E que as entidades contingentes que há surgiram a partir de entidades necessárias (de modo necessário, se houver mesmo uma relação íntima entre a causalidade e o determinismo, ou de modo contingente, se houver leis probabilísticas). As leis regulamentam as propriedades do espaço e do tempo e fazem surgir a matéria, que tomamos como contingente. O que torna a matéria contingente é que não há impedimentos conceituais com relação à sua inexistência, e não o fato do seu surgimento ser contingente. Uma série de objeções com relação à natureza do espaço e o fato de todas as partes do espaço não terem se modificado, mas apenas algumas, são questões a serem tratadas por quem defenda tal teoria. Apenas se houver leis probabilísticas – o que são também uma saída teórica – o fundamento da contingência da matéria poderá estar no seu surgimento. No entanto, leis probabilísticas são problemáticas, na medida em que têm que dar explicações de o que seria uma causalidade probabilística. Acredito que a distinção entre existência contingente e surgimento contingente é uma boa explicação para o Dilema da Contingência. Espero, com tudo isso, ter respondido porque há algo, e não nada, ou pelo menos ter gerado alguma discussão filosoficamente interessante.

materiais.

Referências

CONNOR, Earl (2006). "Por que não nada?". *Critica*. Artigo eletrônico acessado dia 12/09/2010 e encontrado em http://criticanarede.com/met_algonada.html

GARRETT, Brian (2006). *What is this thing called metaphysics?*; capítulo 5. Oxon: [Routledge](#).

MCTAGGART, John (1908). "The Unreality of Time". *Mind: A Quarterly Review of Psychology and Philosophy*: n. 17, pp. 456-473.

NOZICK, Robert (1981). "Why is there Something rather than Nothing?"; In: *Philosophical explanations*. Cambridge: The Belknap Press, pp. 115-164.

PLANTINGA, Alvin (1969). "De Re et De Dicto". *Nous*: vol. 3, pp. 235-258.

SHOEMAKER, Sydney (1969). "Time Without Change". *Journal of Philosophy*: vol. 66, n. 12, pp. 363-381.

SORENSEN, Roy (2003). "Nothingness". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*: Edição da Primavera de 2009). Edward N. Zalta (ed.). Acessado em 12/09/2010 e encontrado em <http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/nothingness/>